

EM BUSCA DA CIDADE IDEAL: O PLANEJAMENTO URBANÍSTICO COMO OBJETO DA HISTÓRIA CULTURAL

Marlise Giovanaz

Os estudos sobre a história da urbanização, das ações ocorridas pelo efeito da chamada modernização e das relações que resultam desta configuração social constituem um campo muito produtivo de pesquisas para as ciências humanas em geral e para o campo da história em particular. Fenômeno investigado pelos historiadores há mais de dois séculos, o desenvolvimento de metrópoles e a formação de grandes centros urbanos nos propicia, ainda, muitos caminhos de pesquisa e possibilidades de entendimento. Eleger a cidade como plano de observação nos possibilita o acesso a uma enorme gama de informações a respeito das práticas culturais de uma sociedade e também da forma como esta se organiza, de como são definidos seus territórios, enfim, da maneira como a própria cidade percebe seus habitantes e de como elabora materialmente suas necessidades.

O problema das obras públicas, em particular, revela-se, então, como um caminho de investigação da história da cidade que possibilita a análise das ações e projetos, imaginados ou implementados pelos representantes do poder constituído, como *soluções* aos problemas ou dificuldades apresentados na administração desta. A pesquisa a partir das fontes oficiais, ou seja, procurando compreender o problema desde o campo das obras realizadas pelo poder público, apesar de ser a mais largamente utilizada até hoje na pesquisa histórica, é ainda um campo muito fértil de investigação. Partindo de novas perguntas, de novos enfoques temáticos, essas fontes poderão agora se revalorizar, autorizando os historiadores a novas interpretações e associações.

Este artigo propõe-se a analisar as possibilidades oferecidas no estudo dos planos e projetos de intervenção urbana na elucidação e problematização da história da cidade. O objetivo fundamental será propor

Marlise Giovanaz é professora de História Moderna e Contemporânea na Ulbra/Canoas e doutoranda em História pelo PPG-História/UFRGS.

caminhos de análise que rompam com a idéia de um documento que produza uma imagem simplesmente reflexiva, para um olhar sobre estes documentos técnicos que possibilite a investigação das representações sobre o presente, passado e futuro da urbanidade colocadas nesses projetos pelos seus autores.

A CIDADE

A cidade, como objeto de estudo, nos é apresentada como um texto que pode ser lido e interpretado a partir de uma devida quantidade e qualidade de informações colhidas. Essas informações são, em sua maior parte, originárias de estudos e avaliações realizados pelo grupo legitimado dos especialistas no entendimento dos problemas urbanos, estes especialistas podem ser os arquitetos, engenheiros, médicos sanitaristas, técnicos reconhecidos pelo poder público como aptos e legítimos para realizar esse tipo de análise. Este artigo se propõe a apresentar as ações e os discursos oriundos desse grupo de *produtores do espaço urbano*, que, através de suas falas, textos e projetos, constroem novas realidades, localizam espacialmente os grupos sociais, identificam causas e conseqüências das dificuldades da urbanidade e, fundamentalmente, apresentam-se como *interventores hábeis e reconhecidos* da cidade, como documentos frutíferos e inovadores na abordagem histórica.

O trabalho insere-se, portanto, dentro da linha que pode ser reconhecida como *História Cultural do Urbano*, que se propõe a observar a cidade a partir das representações criadas a respeito dela e também elaboradas pelos grupos que a habitam. A idéia de *representação* mostra-se, assim, fundamental, ao colocar a cidade e os planos construídos a seu respeito como um universo simbólico, de textos, imagens, bem como suas diferentes formas de apresentar-se, que aspiram à universalidade e ao consenso, mas que são, sempre, determinadas por grupos que as oficializam como gerais e procuram, através dessas, impor sua forma de interpretar os objetos e o tempo. A arquitetura, como uma forma de intervenção na cidade, nos demonstra formas de sentir, de pensar e de transformar a cidade, para os historiadores, seus relatos representam uma fonte possível de reconstrução não somente da cidade concreta, mas também da cidade sonhada e pensada através do tempo.

As modificações implementadas no espaço urbano que objetivam transformar, organizar, catalogar lugares e pessoas, encontrar o lugar propício para cada habitante ou serviço dentro da urbanidade, são tarefas

designadas a um grupo específico, os técnicos especialistas. Para melhor aproximar-se desse grupo de *produtores do espaço*, é fundamental a associação com o pensamento de Bourdieu (1996), que apresenta o grupo de intelectuais legitimado como aptos a compreender e a delegar soluções como detentores de um saber de *validade universal*, sendo que seu espaço na sociedade é definido e distribuído a partir da distinção aferida pelo *capital cultural ou econômico*. Assim como os diferentes capitais proporcionam diferentes formas de atuação, estes também diferenciam o saber dos especialistas do saber comum. Para ser levada a efeito essa distinção, é fundamental que o saber acumulado pelos especialistas seja considerado como o mais efetivo e legítimo, tanto pelos empreendedores como pelos grupos que sofrem a sua ação.

O problema do espaço social é muito importante nesta operacionalização de conceitos, pensar em algumas das intervenções ocorridas no fenômeno de urbanização contemporâneo durante o século XX implica um reconhecimento de um processo de classificação dos espaços urbanos. A crescente urbanização e modernização da cidade levou a um processo de categorização dos espaços urbanos, apresentando regiões, ruas ou zonas, onde determinadas práticas sociais deveriam ser ocultadas ou erradicadas. A noção de territorialidade da cidade se revela, então, fundamental para observar o problema. A noção de espaço e território pode ser abordada a partir de dois autores, inicialmente os estudos de Park (1987), que foi um dos introdutores dessa perspectiva de abordagem que parte da classificação dos territórios da cidade como aptos a determinadas práticas sociais em seu interior, definindo os espaços como zonas morais. Essa abordagem nos sugere os estigmas e as categorizações criadas a partir do lugar ocupado tanto pelo sujeito transformador e ordenador, o técnico, como pelo usuário do espaço, o habitante, a quem cabe cumprir as determinações do primeiro e manter a ordem. São práticas, portanto, que definem o *espaço* como um lugar produzido pelos próprios habitantes e passadores do local, que o classificam fundamentalmente por sua forma de utilização.

É preciso também pensar a posição dos especialistas como portadores de um olhar científico, que se propõe a *solucionar* os problemas apresentados pela realidade urbana. É importante esclarecer que estes problemas, em sua maior parte, são detectados pela observação dos próprios técnicos e somente ganham relevância com a definitiva legitimação destes mesmos técnicos como os profissionais mais aptos na intervenção urbana, ou seja, o olhar do saber urbano *inventa* os problemas urbanos. Seguindo a abordagem proposta por Ribeiro (1994), cabe aos

arquitetos, engenheiros e médicos sanitaristas a tarefa de funcionalizar e descongestionar o espaço da cidade, para que esta possa desenvolver-se e tornar-se administrável.

A definição do conceito de cidade tem-se apresentado como um desafio aos pensadores de diversas áreas, e penso que, pela própria dinâmica deste objeto, esta será uma definição permanentemente em aberto. Porém, é necessário apropriarmo-nos de alguns desses conceitos para delimitarmos o caminho de nossa abordagem. A definição proposta por Bresciani (1997, p.14) afirma que “a cidade é produto da arte humana, simboliza o poder criador do homem, a modificação/transformação do meio ambiente, a imagem de algo artificial, um artefato enfim”.

Essa proposta nos apresenta algo fundamental para compreendermos o campo de estudo da cidade, que é o fato desta significar o resultado da ação do homem sobre o meio ambiente, controlando-o. A relação estabelecida entre o homem e a urbanidade, sua produção, é uma relação em constante tensão, pois a cidade é algo sempre inacabado, sempre demandando outras ações de controle, de construção. Neste sentido, é fundamental a idéia proposta por Bresciani de cidade *artefato*, visto ser esta mais do que um produto dos homens, ela configura-se cada vez mais como algo inacabado ou defeituoso, necessitando, portanto, a ação não de homens comuns, mas de seres dotados de um conhecimento especializado.

Outra pista de abordagem da temática urbana nos chega através de Pesavento, que apresenta não simplesmente a cidade como objeto, mas também um novo caminho de chegada a este problema, rompendo com o referencial consagrado que observa a cidade estritamente como uma construção política e econômica, introduzindo, assim, o espaço da representação construída pelos habitantes ou observadores da cidade como um rastro que revela *outra* urbanidade. Conforme Pesavento (1995, p.282),

empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária. [...] Devemos entender que o espaço construído, ordenado e transformado, suscitava sensações, percepções, e a elaboração de representações para aqueles que vivenciavam o processo de mudança da cidade.

Partindo dessas duas propostas, podemos localizar os estudos urbanos em dois caminhos fundamentais: a cidade é vivenciada e apresentada como um dado concreto, resultado da intervenção de seus habitan-

tes e de seus especialistas, que objetivam organizar e controlar o espaço urbano; e, por outro lado, a cidade se apresenta também como uma série de imagens e representações construídas e experimentadas pelos habitantes, que podem mesmo não refletir a realidade concreta, mas revelam as experiências e expectativas dos habitantes, sejam estes as pessoas comuns ou mesmo seus cronistas e literatos.

A cidade se apresenta, então, como uma conformação do social, uma organização de uma coletividade que compartilha um território delimitado pela propriedade, seja esta pública ou privada, sendo que cabe ao poder político o trabalho de estipular as regras segundo as quais este espaço será utilizado. Ao investigarmos o passado de uma cidade, é fundamental observar-se a forma como se estabeleceu a ocupação dos espaços urbanos, através desta vereda de pesquisa, será possível vislumbrar as relações sociais constituídas nesta cidade, os modos de viver, de habitar, de transitar, de trabalhar e delimitar os lugares sociais dos indivíduos que, em sua coletividade, formam e conformam esta cultura urbana. É na cidade que a vida se desenvolve, ela é formada não somente por ruas e construções de pedra e metal, mas por sentimentos, emoções, histórias de vida, passeios, parques infantis, transeuntes apressados, caminhos de chegada e de partida. Cada habitante da urbe possui uma representação própria da sua cidade, o caminho da escola, a rua em que nasceu, ou, então, o medo da cidade monstro, violenta e agressiva. Esta imagem pessoal normalmente se restringe a um pequeno espaço da cidade, que é o espaço da experiência pessoal ou de grupo social. Neste caso, a cidade não é percebida como um todo, um esquema imaginado e ordenado por um grupo para que ali seja realizada a vida de uma coletividade, ocorre ali uma representação eminentemente pessoal e podemos dizer também sentimental.

Porém, a cidade, além de uma coletividade, representa também o resultado da ação do poder público que procura organizá-la, prepará-la para o futuro e resolver os problemas de circulação e de ocupação territorial no presente. Essa atitude do poder público, ao contrário da experiência dos habitantes comuns da cidade, pauta-se por uma apropriação da cidade como um conjunto e por um olhar eminentemente racional. A observação dos especialistas preocupa-se em planejar a urbe como um problema a ser resolvido, seus instrumentos são os planos, os cálculos, as transformações que podem ser realizadas neste espaço e que produzam um ambiente ordenado, limpo e transitável. É a prática do planejamento urbano que vê a cidade como um mecanismo que deve ser regulado tal qual um relógio, ou seja, projeta uma imagem de funcionalidade.

Qualquer estudo realizado no campo da urbanização deve, neces-

sariamente, dar conta destes dois aspectos da cidade, seja da experiência passada e atual dos seus habitantes, com suas necessidades e desejos em ocupar aquele território, seja dos projetos imaginados e/ou implementados pelos engenheiros e arquitetos que, legitimados pelo poder público, encarregaram-se do trabalho de sanear a cidade do passado, articular a cidade do presente e projetar a cidade do futuro.

PLANEJAMENTO URBANO: ENTRE A CIÊNCIA E A UTOPIA

O planejamento e a intervenção na cidade não são ações exclusivas do mundo moderno, conforme a urbanidade foi constituindo-se historicamente, em geral em torno de um poder centralizado, coube a este poder organizar e definir a utilização dos espaços urbanos, sendo que esta intervenção vem sempre acompanhada da justificativa *técnica* do observador, que vê a cidade como um conjunto. Através da técnica, conhecimento racional da realidade, são apresentados instrumentos que buscam *solucionar* os problemas urbanos. O saneamento e a remodelação (facilitação da circulação e da visibilidade) foram argumentos constantes nos projetos de intervenção urbana desenvolvidos durante os séculos XIX e XX.

Os principais atores nesses projetos de ordenação urbana foram e são os especialistas na realização de obras, sejam públicas ou privadas, os *engenheiros e arquitetos*. Esse grupo, de agora em diante denominado de *especialistas*, reivindicou para si a responsabilidade e o conhecimento sobre a intervenção urbana. Os estudos realizados por este grupo que objetivava organizar, sanear e modernizar a cidade resultaram em projetos, planos e discursos, que, levados a cabo ou não, permaneceram como fontes, para nós, historiadores da cidade. Deparamo-nos, hoje, com uma série de estudos que podem nos fornecer pistas da forma como a cidade foi transformando-se no tempo, mas, mais do que um reflexo destas modificações, estes planos podem ser vistos como representações construídas por esses especialistas sobre a cidade do passado. Como o plano volta-se sempre para o futuro, podemos inferir, através da análise desses documentos, três imagens fundamentais: em primeiro lugar, identifica-se a cidade desejada e sonhada, a projeção de um futuro que deve dar conta do crescimento e da mudança; em segundo, podemos localizar a cidade do presente (do tempo do documento), que é vista como uma cidade-problema que deve ser saneada, limpa, aberta, trazendo-nos, portanto, uma imagem específica do momento da produção desse projeto e

de como essa urbanidade era visualizada; por último, através desses projetos intervencionistas, pode-se revelar também a cidade do passado, nas entrelinhas desse texto, é possível vislumbrar a noção de história, de preservação de espaços consagrados na memória dos cidadãos, ou, então, de destruição dos locais de entrave, que revelam uma cidade que precisa ser destruída, que não deve permanecer ao tempo.

Ao perceber a cidade como um *problema*, esse grupo de especialistas conforma também o próprio campo de estudo da urbanidade como seu campo fundamental de atuação, resgatando para si a responsabilidade e o direito de exercício da prática, interpretação e solução dessa cidade-problema. Em estudo realizado por Kropf (1996, p.192), sobre a atuação dos especialistas técnicos (fundamentalmente engenheiros) na urbanização do Rio de Janeiro, a autora considera que

o debate sobre a reforma urbana no final do século XIX e início do século XX foi mais do que um processo referido aos interesses estritamente profissionais de ascensão e de atuação da categoria. Ele se configurou como um espaço privilegiado para a construção e afirmação de sua identidade intelectual específica como agentes diretos do programa de estruturação de uma nova ordem na sociedade brasileira; uma ordem que, para os propagandistas da modernização, regeneraria o país, adequando-o aos ideais do progresso e da civilização.

A função atribuída a esse grupo, de dirigentes do processo interventor que prepara a cidade para o futuro, qualifica os materiais produzidos por ele como o resultado da observação e da aplicação da técnica reconhecida como a mais apta a realizar esta tarefa imposta pela própria modernização.

Se considerarmos, então, o espaço urbano como a expressão simbólica da cultura em determinada época, podemos nos referir ao conceito de representação desenvolvido por Chartier (1990), analisando a ação e o pensamento dos especialistas como um processo histórico e social de produção de sentido. Utilizando essa concepção, será possível identificar a ação dos técnicos sobre a cidade como análise de práticas e operações através das quais um grupo social atribui significado ao mundo em que vive e ao lugar que ocupa neste mundo, partindo do sistema de percepções e propostas de ação compartilhadas pelo grupo. Através da análise de um grupo específico, com função definida dentro de determinada sociedade, nos é dada uma via de acesso a um contexto e a práticas que revelam ideais, imagens e conceitos.

Ao analisar os planos e projetos realizados pelos engenheiros, deparamo-nos com uma perspectiva de futuro engendrada por estes que se aproxima do ideal da *utopia*, visto que estas concepções aparecem carregadas de significados que se traduzem em idéias construídas sobre a realidade, mas que se projetam em um futuro, seja este próximo ou distante. Essas concepções pretendem não somente organizar a realidade, pretendem, também, legitimar uma ordem social incorporada pelos especialistas.

Em estudo realizado, analisando as cidades utópicas da literatura iluminista, Baczko referencializa o caráter utópico das práticas de planejamento urbanísticas. Contrapondo a idéia de uma cidade-problema, nos projetos de modernização, as soluções apresentadas planejam uma cidade onde nada existe de caótico, de desorganizado. O projeto, neste sentido, apresenta-se como uma possibilidade de construir cidades física e moralmente sãs, onde tudo é previsto para assegurar a saúde e a comodidade de seus habitantes (Baczko, 1978). A cidade imaginada e desejada pelos utopistas, manifestada através do projeto urbanístico ou da literatura, apresenta, segundo Baczko, algo das cidades contemporâneas, seus espaços reservados para o verde, as largas avenidas, o espaço de visibilidade e de onipotência do poder público, a racionalidade e a funcionalidade da utilização dos espaços. Essa realidade, confirmada em nossa experiência contemporânea, realça a importância de retomarmos os planos urbanísticos como documentos de uma época, que podem ser identificados pela permanência no tempo e como a efetividade de um ideal que se difunde e estabelece socialmente. Permanece também um vácuo, o vácuo da história, pois a maior parte dos planejamentos caracteriza-se por não apresentar uma noção específica e clara do passado desta concretude a ser modernizada, ordenada e saneada. Essa ausência, por si mesma, tem um significado, o passado e o presente, ao serem associados à desordem, à sujeira, à contaminação, apresentam uma imagem desgostosa do passado e propõem um futuro *novo, moderno*, libertado de uma história que contraria os ideais a serem implantados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, Bronislaw. *L'Utopia: Immaginazione Sociale e Rappresentazioni Utopiche nell'età dell'Illuminismo*. Roma: Einaudi Paperbacks 108, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRESCIANI, Maria S. Cidade, cidadania e imaginário. In: PESAVENTO; SOU-

- SA. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- KROPF, Simone. Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. *Projeto História 13*, São Paulo, jun. 1996.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente (1916). In: VELHO, Gilberto. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, v.16, jul./dez. 1995
- RIBEIRO, Luiz C. Urbanismo: olhando a cidade, agindo sobre a sociedade. In: PECHMAN, R. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.